

# INSTRUMENTO TÉCNICO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA



**SubsRACIAL**  
Subsecretaria de Políticas  
Públicas para Promoção  
da Igualdade Racial

**SEC**  
Secretaria de  
Estado da  
Cidadania



GOVERNO DE  
**Mato  
Grosso  
do Sul**

A Secretaria de Estado da Cidadania, com atuação coordenada pela Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, apresenta este documento como parte do compromisso permanente do Governo de Mato Grosso do Sul com a construção de políticas públicas capazes de fortalecer redes de proteção, ampliar direitos e garantir presença institucional em todos os territórios do estado.

Ao lado das diversas agendas identitárias que compõem o escopo da SEC, trabalhamos para desenvolver instrumentos que possibilitem gestão integrada, cooperação entre órgãos, fortalecimento das capacidades municipais e consolidação de redes de atendimento que funcionem de forma articulada e sustentável.

A elaboração deste instrumento técnico integra o Projeto FostaleSer, iniciativa que busca apoiar e qualificar as estruturas de atendimento que atuam na garantia de direitos, aprimorando fluxos, fortalecendo equipes, ampliando a articulação intersetorial e garantindo que cada município tenha suporte para atuar de forma preventiva e protetiva.

Nosso compromisso é assegurar que as políticas de cidadania avancem com transversalidade, governança e intencionalidade, promovendo uma atuação pública que reconheça as singularidades dos territórios e das pessoas, e que responda aos desafios de forma eficiente, colaborativa e humanizada.

Que esta ferramenta seja útil para orientar gestores, equipes técnicas, organizações sociais e lideranças comunitárias, contribuindo para o fortalecimento das redes de proteção e para a consolidação de uma cidadania ativa, inclusiva e presente em todos os cantos de Mato Grosso do Sul.

**Viviane Luiza da Silva**

Secretária de Estado da Cidadania

Enfrentar o racismo e a intolerância religiosa é reconhecer que essas violações não são episódios isolados, mas expressões de desigualdades históricas que ainda impactam a vida de milhares de pessoas. No âmbito da Secretaria de Estado da Cidadania, este compromisso se materializa por meio da Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, que coordena, articula e orienta a construção de respostas integradas para proteger direitos e fortalecer a cidadania.

Por isso, consolidar a Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa é fundamental para assegurar que os direitos da população negra, das comunidades de terreiro e comunidades de matriz africana e demais Comunidades Tradicionais sejam garantidos em todos os territórios do estado.

A construção deste documento estruturante representa um passo importante na qualificação das ações da Secretaria e da Subsecretaria, ao promover uma atuação coordenada, sensível e efetiva. Mais do que orientar procedimentos, este material reafirma que o Estado tem responsabilidade direta na prevenção das violências, no acolhimento humanizado e na promoção do respeito às identidades, às tradições e às expressões religiosas.

Ao aprimorar fluxos de atendimento, ampliar a atuação intersetorial e fortalecer o diálogo com a sociedade civil, avançamos na construção de um Mato Grosso do Sul comprometido com a justiça racial e com a liberdade religiosa como valores fundamentais da democracia.

Que este material inspire práticas transformadoras, fortaleça as equipes que atuam na ponta e reforce o entendimento de que enfrentar o racismo e a intolerância religiosa é uma tarefa coletiva, contínua e essencial para promover dignidade e cidadania para todas as pessoas.

**Deividson de Deus Silva**

Subsecretário de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial

## **Apresentação**

Este Instrumento Técnico da Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa foi elaborado para orientar a organização e o fortalecimento da Rede de Mato Grosso do Sul, oferecendo diretrizes e orientações práticas para gestores públicos, profissionais que atuam na garantia de direitos e representantes da sociedade civil.

O material reúne informações essenciais para que municípios e Estado possam estruturar respostas rápidas, integradas e qualificadas diante de violações motivadas por discriminação racial ou religiosa, garantindo acolhimento, proteção e encaminhamentos adequados. Aqui você encontrará:

### **1. A finalidade da Rede**

Apresentação clara do propósito da Rede, seu papel na proteção de direitos e sua importância para fortalecer a cidadania e a presença do Estado no território.

### **2. Fundamentos da Rede: princípios, conceitos e marco legal**

Reúne os princípios que orientam a atuação da Rede, além dos conceitos essenciais para compreender o racismo e a intolerância religiosa. Também abrange, de forma sintética, o marco legal nacional e estadual que garante direitos, define responsabilidades e sustenta a implementação da política pública em Mato Grosso do Sul.

### **3. A estrutura da Rede**

Descrição objetiva dos setores que possuem atuação direta nos casos de violação de direitos e gestão estadual, gestão municipal, cidadania/igualdade racial, segurança pública, sistema de justiça, saúde, assistência social, educação e conselhos de direitos e de como esses atores se articulam para garantir proteção e resposta efetiva.

### **4. Orientações para atuação nos territórios**

Diretrizes práticas e passos essenciais para acolher, registrar, encaminhar e monitorar situações de racismo e intolerância religiosa, fortalecendo a atuação das equipes municipais e estaduais.

### **5. Fluxos gerais de atendimento**

Orientações simplificadas sobre como proceder diante de uma denúncia ou situação de violação de direitos, garantindo uma resposta integrada entre as políticas públicas e o sistema de justiça.

### **6. Recomendações para municípios**

Indicações práticas para apoiar a implementação ou aprimoramento da Rede local, considerando diferentes realidades territoriais.

Este instrumento técnico é uma ferramenta de apoio institucional que visa fortalecer a presença do Estado na proteção dos direitos da população negra e demais povos tradicionais como os povos ciganos, povos de terreiro, povos e comunidades de matriz africana e comunidades quilombolas que sofrem discriminação, contribuindo para a construção de um Mato Grosso do Sul mais justo, seguro, plural e comprometido com a cidadania.

## **1. Finalidade da Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa**

A Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa tem como finalidade garantir uma resposta articulada, qualificada e efetiva do Estado diante de violações de direitos motivadas por discriminação racial, étnica ou religiosa.

A Rede visa assegurar que todas as pessoas tenham acesso à proteção, acolhimento, orientação, encaminhamento e responsabilização previstos na legislação nacional e estadual, com especial atenção à população negra, aos povos e comunidades tradicionais, às comunidades de matriz africana e aos grupos religiosos historicamente afetados por violências.

Em conformidade com diretrizes nacionais e estaduais a Rede tem como finalidade:

**1.1 Proteger direitos:** Garantir que vítimas de racismo ou intolerância religiosa sejam acolhidas, orientadas e encaminhadas aos órgãos competentes, assegurando respostas imediatas e integradas.

**1.2 Prevenir violações:** Promover ações educativas, formativas e informativas que enfrentem práticas discriminatórias, reduzam desigualdades e fortaleçam o respeito à diversidade racial e religiosa.

**1.3 Integrar políticas públicas:** Articular, entre gestão estadual e municipal, em especial as políticas de cidadania/igualdade racial, segurança pública, justiça, saúde, assistência social e educação, garantindo coerência e complementaridade.

**1.4 Fortalecer a atuação institucional:** Estruturar fluxos, protocolos e mecanismos de monitoramento que qualifiquem a resposta do Estado e ampliem a efetividade das políticas de enfrentamento.

**1.5 Promover a participação social:** Incentivar o diálogo com movimentos sociais negros, povos tradicionais, em especial os povos de terreiro, de matriz africana, povos ciganos, quilombolas, conselhos de direitos do negro e colegiado afro garantindo processos democráticos e territorializados.

**1.6 Contribuir para a reparação histórica:** Reconhecer e enfrentar desigualdades históricas originadas do racismo estrutural e institucional, promovendo políticas que assegurem equidade e justiça social.



## 2. Fundamentos da Rede: Princípios, Conceitos e Marco Legal

A Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa está sustentada por um conjunto de princípios, conceitos e normas que orientam sua atuação e garantem coerência, proteção e efetividade no atendimento às vítimas. Esses fundamentos expressam o compromisso do Estado com a promoção da igualdade racial, o respeito às liberdades religiosas e a defesa da dignidade humana em todos os territórios.

### 2.1 Princípios Orientadores

A atuação da Rede é guiada pelos seguintes princípios, alinhados ao Estatuto da Igualdade Racial, à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), ao PLANAPIR e ao Programa MS Sem Racismo:

- **Dignidade da Pessoa Humana:** Toda ação deve assegurar respeito, acolhimento e proteção, considerando aspectos físicos, emocionais, culturais e espirituais das pessoas e comunidades atendidas.
- **Igualdade e Não Discriminação:** Nenhuma forma de discriminação racial, étnica ou religiosa é tolerada. A Rede atua para prevenir, identificar e enfrentar todas as manifestações de racismo.
- **Liberdade de Crença e Respeito às Tradições:** A Rede reconhece e protege o direito à liberdade religiosa, assegurando respeito às práticas culturais e espirituais, especialmente às tradições dos povos de terreiro, de matriz africana, cigana e afro-brasileira.
- **Intersetorialidade e Atuação Integrada:** As ações devem envolver diferentes políticas públicas — cidadania, igualdade racial, segurança, saúde, assistência social, educação e justiça — operando de maneira coordenada.
- **Territorialidade:** Considera-se a realidade social, cultural e religiosa de cada território, adequando estratégias e acolhimentos às especificidades de cada comunidade.
- **Participação Social:** Movimentos negros, comunidades tradicionais e demais povos tradicionais representados em especial por comunidades quilombolas, ciganos, povos de terreiro, de matriz africana e conselhos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR) devem participar da construção, monitoramento e avaliação das ações da Rede.
- **Prevenção e Educação em Direitos Humanos:** A Rede atua para transformar práticas discriminatórias por meio da educação, formação continuada e promoção de ambientes de respeito e valorização da diversidade.
- **Responsabilização e Transparência:** Os fluxos de atendimento devem assegurar clareza nos procedimentos, registros adequados e responsabilização legal dos autores de violências.
- **Humanização e Escuta Qualificada:** O atendimento deve ser sensível, acolhedor e livre de revitimização, reconhecendo as violências psicológicas, simbólicas, físicas ou espirituais decorrentes do racismo e da intolerância religiosa.

## 2.2 Conceitos Essenciais

A Rede utiliza conceitos fundamentais que orientam o entendimento das violações e fortalecem a atuação das equipes:

- **Racismo Estrutural:** Conjunto de práticas, normas, valores e dinâmicas sociais que produzem e reproduzem desigualdades raciais de forma sistêmica.
- **Discriminação Racial:** Toda distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, etnia ou ancestralidade que tenha por objetivo ou efeito impedir o exercício de direitos.
- **Injúria Racial:** Ofensa dirigida à pessoa, utilizando elementos referentes à raça, cor, etnia ou religião.
- **Racismo Religioso/Intolerância Religiosa:** Ações, práticas ou discursos que negam, desrespeitam, atacam ou impedem o exercício de crenças, cultos e tradições religiosas, especialmente as vinculadas às matrizes africanas, constituindo violação de direitos humanos e liberdade religiosa.
- **Liberdade de Crença e de Culto:** Direito constitucional que assegura a todas as pessoas a escolha, manifestação e prática de suas tradições religiosas, sem discriminação ou violência.
- **Racismo/Violência Institucional:** Ações ou omissões de instituições públicas que resultam em discriminação, preconceito, tratamento desigual ou revitimização de pessoas racializadas.
- **Violência Simbólica, Psicológica e Racismo Recreativo:** Agressões não físicas que ferem a identidade, espiritualidade, dignidade ou pertencimento cultural da pessoa.



## 2.3 Marco Legal

A Rede está fundamentada em um conjunto de legislações que asseguram direitos, estabelecem responsabilidades e orientam a atuação estatal:

- Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010

Estabelece mecanismos para coibir a discriminação racial e garantir a promoção da igualdade racial, incluindo proteção às comunidades tradicionais e às religiões de matriz africana.

- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) – Decreto nº 4.886/2003:

Define princípios, objetivos e responsabilidades institucionais para a promoção da equidade racial no Brasil.

- Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR – Decreto nº 6.872/2007

Estabelece diretrizes para ações intersetoriais e estratégias de prevenção e enfrentamento às desigualdades raciais.

- Constituição Federal

Garante a liberdade de crença, o livre exercício dos cultos religiosos, a proteção aos locais de culto e a criminalização do racismo.

### Legislação Estadual

- Decreto Estadual nº 16.602/2025 – Programa MS Sem Racismo

Institui diretrizes e ações permanentes para prevenção e enfrentamento ao racismo no estado.

- Resolução SEC nº 15/2025 – Plano Estadual de Metas Antirracistas

Define metas, indicadores e estratégias para monitorar políticas de promoção da igualdade racial.

- Resolução SEC nº 35/2024 – Grupo de Trabalho Interinstitucional

Cria mecanismo de articulação e governança para elaboração e fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial.



### 3. Estrutura da Rede no Âmbito do Mato Grosso do Sul

A Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa no Mato Grosso do Sul é formada por instituições que possuem responsabilidade direta na prevenção, acolhimento, proteção, registro e responsabilização das violações de direitos.

Sua atuação se organiza de forma integrada entre Estado, municípios, sociedade civil, instituições de ensino e sistema de justiça, garantindo respostas rápidas, qualificadas e humanizadas.

Embora cada município possa estruturar sua Rede conforme suas capacidades, no âmbito do MS a composição pode contar com os seguintes setores:

#### 3.1 Gestão Estadual

A gestão estadual tem papel estratégico na condução da política, assegurando governança, transversalidade e suporte técnico às redes municipais.

No Mato Grosso do Sul, esse papel é executado pela Secretaria de Estado da Cidadania, em articulação com outras pastas do governo.

Atuações principais:

- estabelecer diretrizes estaduais e normativas técnicas;
- apoiar municípios na criação e fortalecimento de suas redes locais;
- promover ações formativas, campanhas e orientações integradas;
- articular segurança pública, saúde, educação, assistência social e sistema de justiça;
- monitorar a política pública e consolidar dados estaduais.

#### 3.2 Gestão Municipal

Cada município é responsável pelo funcionamento cotidiano da Rede, organizando serviços e fluxos conforme suas estruturas locais.

Atuações principais:

- coordenar a articulação intersetorial no território;
- identificar demandas e encaminhar casos às instâncias competentes;
- promover formação contínua das equipes locais;
- criar mecanismos municipais de prevenção e resposta;
- estabelecer diálogo com conselhos, movimentos sociais e lideranças religiosas.

### 3.3 Cidadania e políticas públicas para a Igualdade Racial

No Mato Grosso do Sul, a condução central da política de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa é exercida pela Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria de Estado da Cidadania (SEC/MS).

A Subsecretaria é responsável pela governança da Rede e pela articulação das ações que promovem a igualdade racial e asseguram a proteção das diversas identidades étnico-raciais e religiosas presentes no estado, incluindo:

- população negra;
- povos de terreiro e de matriz africana;
- comunidades quilombolas;
- povos ciganos.

Atuações principais das políticas públicas para igualdade racial:

- coordenar o desenho da política estadual, fortalecendo diretrizes, estratégias e normativas;
- apoiar a implementação da Rede nos municípios, promovendo formação, orientação e suporte técnico;
- elaborar orientações técnicas, referenciais e protocolos, assegurando padrões de atendimento e proteção;
- articular diferentes setores e políticas públicas, garantindo integração entre segurança, justiça, saúde, educação, assistência social e demais áreas;
- acompanhar casos estratégicos e promover mediação institucional, especialmente em conflitos motivados por discriminação racial ou religiosa;
- fortalecer redes comunitárias, lideranças tradicionais, casas religiosas e organizações territoriais, ampliando o diálogo e a participação social;
- articular campanhas educativas, formativas e preventivas, com foco na valorização das identidades culturais, étnicas e religiosas;
- integrar e monitorar a política no âmbito do Programa MS Sem Racismo e do Plano Estadual de Metas Antirracistas, assegurando coerência e continuidade das ações.

### 3.4 Segurança Pública

A segurança pública é responsável pela proteção imediata, pela formalização da ocorrência e pela investigação dos crimes.

Atuações principais:

- atendimento a situações de injúria racial, racismo e intolerância religiosa;
- registro de boletim de ocorrência e encaminhamentos necessários;
- investigação de ataques a terreiros, casas de matriz africana e aos seus adeptos;
- articulação com delegacias especializadas, quando presentes;
- encaminhamento da vítima à Rede de proteção (Saúde, Assistência, Cidadania).

### 3.5 Sistema de Justiça (Defensoria, Ministério Público e Judiciário)

As instituições do sistema de justiça atuam na defesa dos direitos violados e na responsabilização dos autores.

Defensoria Pública Estadual

- atendimento jurídico gratuito às vítimas;
- defesa individual e coletiva;
- acompanhamento de medidas protetivas e ações civis ou criminais.

Ministério Público Estadual

- investigação e responsabilização de crimes e atos discriminatórios;
- atuação em casos coletivos, ataques a comunidades religiosas e violações institucionais;
- expedição de recomendações e fiscalização de políticas públicas.

Poder Judiciário

- julgamento dos casos;
- concessão de medidas protetivas, quando aplicáveis;
- responsabilização criminal e civil.

### 3.6 Saúde

A política de saúde atua tanto no acolhimento imediato quanto no cuidado integral às vítimas.

Atuações principais:

- atendimento médico e psicológico;
- registro adequado da ocorrência nos sistemas de saúde;
- notificação, quando prevista;
- encaminhamento à assistência social e à cidadania;
- apoio às vítimas de violência física e psicológica.

### 3.7 Assistência Social

A assistência social é responsável pelo acolhimento psicossocial e pela proteção social.

Atuações principais:

- escuta qualificada e atendimento inicial;
- elaboração de plano de acompanhamento familiar, quando necessário;
- identificação de vulnerabilidades e riscos associados;
- articulação com a Rede de proteção e com o sistema de justiça;
- orientação sobre direitos e serviços disponíveis.

### 3.8 Educação

A educação atua diretamente quando a violação ocorre no ambiente escolar.

Atuações principais:

- acolher estudantes e profissionais vítimas de discriminação racial ou religiosa;
- registrar e encaminhar os casos à gestão municipal ou estadual;
- integrar ações de prevenção e educação antirracista;
- promover ambientes escolares seguros e respeitosos;
- implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do Ensino Fundamental e Médio.

### 3.9 Conselhos de Direitos no âmbito do MS

Conselhos estaduais e municipais desempenham papel essencial no controle social e na defesa dos direitos.

Atuações principais:

- acompanhar a execução da política pública;
- receber denúncias e encaminhá-las às instâncias adequadas;
- recomendar ações de promoção para igualdade racial ao Estado ou aos municípios;
- promover e defender os interesses dos povos e comunidades tradicionais e dos grupos étnicos atingidos pela discriminação racial e pelas demais formas de intolerância.

### 3.10 Articulação entre os setores

Para funcionamento abrangente, a Rede deve funcionar como um sistema integrado, no qual cada setor cumpre sua função e mantém comunicação constante com os demais. Essa articulação favorece que cada caso seja atendido com rapidez, proteção e acompanhamento.

## 4. Orientações para Atuação nos Territórios

A atuação da Rede de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa deve garantir resposta qualificada, integrada e célere a toda situação de violação de direitos. No Mato Grosso do Sul, essa atuação se organiza a partir de diretrizes comuns e passos essenciais que orientam o trabalho de gestores, profissionais das políticas públicas e lideranças comunitárias.

As orientações apresentadas a seguir podem ser adaptadas de acordo com a realidade de cada município, respeitando suas capacidades e especificidades.

### 4.1 Diretrizes gerais para atuação territorial

- Intersetorialidade como princípio operacional: A resposta às violações deve envolver, de forma articulada, Cidadania/Igualdade Racial, Segurança Pública, Sistema de Justiça, Assistência Social, Saúde, Educação e Conselhos de Direitos.

- **Territorialização das ações:** As práticas devem considerar as características culturais e religiosas do território; a presença de povos e comunidades tradicionais (quilombolas, povos de terreiro, de matriz africana, povos ciganos); as dinâmicas locais de convivência e conflito e a vulnerabilidades específicas das comunidades.
- **Acolhimento humanizado e não revitimizador:** O primeiro contato com a vítima deve ser acolhedor, ético e sigiloso; livre de julgamentos e estigmatização; atento às dimensões étnicas, espirituais e culturais da pessoa ou comunidade envolvida.
- **Centralidade da proteção:** Toda ação deve priorizar a integridade física, emocional e espiritual da vítima e das comunidades religiosas ou tradicionais afetadas.
- **Reconhecimento da diversidade religiosa e cultural:** Os profissionais devem atuar com respeito às tradições, rituais, símbolos e espaços sagrados, especialmente aqueles vinculados às matrizes africanas, povos terreiro e ciganos.

## **4.2 Passos essenciais para atuação em situações de violação**

### **Identificação da situação**

A violação pode chegar por:

- denúncia espontânea;
- órgãos públicos (escola, unidade de saúde, CRAS/CREAS, delegacia etc.);
- conselhos;
- organizações da sociedade civil;
- lideranças comunitárias ou religiosas;
- monitoramento institucional.

### **Acolhimento imediato**

O atendimento inicial deve:

- utilizar escuta qualificada;
- registrar informações de forma objetiva;
- garantir segurança e privacidade;
- oferecer informações sobre direitos e próximos passos.

## **Classificação da violação**

Identificar o tipo de ocorrência:

- racismo;
- injúria racial;
- intolerância religiosa ou racismo religioso;
- violência física, moral, psicológica ou simbólica;
- depredação de templos, terreiros ou espaços sagrados;
- perseguição ou ameaças.

## **Registro formal**

Dependendo da situação:

- boletim de ocorrência (racismo, injúria, ataques religiosos, violência física);
- prontuário de saúde (casos com impacto físico/psicológico);
- registro socioassistencial (proteção social e acompanhamento);
- ficha escolar (quando o fato ocorrer em ambiente escolar).

## **Encaminhamento imediato aos setores competentes**

- Segurança Pública: registro criminal e investigação;
- Assistência Social: proteção social e acompanhamento;
- Saúde: cuidado físico e psicológico;
- Cidadania/Igualdade Racial: mediação, orientação e suporte institucional;
- Educação: aplicação de medidas de proteção escolar, quando houver envolvimento;
- Sistema de Justiça: medidas protetivas ou procedimentos legais.

## **Articulação intersetorial no território**

As instituições devem dialogar para:

- alinhar informações;
- evitar duplicidade de atendimentos;
- garantir continuidade da proteção;
- evitar revitimização.

A Subsecretaria de Igualdade Racial pode atuar como mediadora em casos estratégicos, de repercussão ou intermunicipais.

## **Acompanhamento e monitoramento**

Inclui:

- acompanhamento técnico contínuo;
- visitas, quando necessário;
- articulação com lideranças religiosas ou comunitárias;
- reavaliação de riscos;
- registro no município para fins de gestão e políticas públicas.

## **Retorno à vítima e à comunidade**

O retorno deve:

- informar o andamento;
- orientar sobre direitos;
- fortalecer vínculos de confiança com o poder público;
- garantir que não ocorra retaliação ou nova violência.

## **4.3 Atenção a Grupos Específicos no MS**

A orientação deve considerar a presença e especificidades de:

- terreiros e comunidades de matriz africana;
- povos e comunidades tradicionais de matriz africana;
- povos ciganos;
- comunidades quilombolas;
- grupos religiosos minoritários ou vulnerabilizados.

Cada grupo possui formas próprias de organização, espiritualidade, simbolismo e liderança que devem ser respeitadas e compreendidas no atendimento.

## **5. Fluxos Gerais de Atendimento**

Os fluxos gerais orientam como as instituições do Estado e dos municípios devem atuar diante de situações de racismo, injúria racial, intolerância religiosa e ataques a povos e comunidades tradicionais.

O objetivo é garantir uma resposta rápida, articulada e humanizada, evitando revitimização e assegurando proteção integral às pessoas e coletividades afetadas.

## 5.1 Princípios que orientam o fluxo

- atendimento imediato, acolhedor e sem discriminação;
- registros completos e seguros;
- encaminhamentos corretos e tempestivos;
- comunicação entre setores para evitar lacunas;
- proteção continuada e monitoramento;

Esses princípios derivam do Estatuto da Igualdade Racial, PNPIR, PLANAPIR, Programa MS Sem Racismo e Plano Estadual de Metas Antirracistas.

## 5.2 Etapas do fluxo de atendimento

### a. Identificação da situação

Pode ocorrer por:

- denúncia da vítima;
- familiares ou lideranças religiosas;
- terreiros, casas tradicionais, associações e movimentos;
- escola, CRAS/CREAS, unidade de saúde;
- Ministério Público ou Defensoria;
- monitoramento territorial.

### b. Acolhimento inicial

O profissional deve:

- oferecer escuta qualificada, sem julgamento;
- proteger a integridade física e emocional da pessoa;
- registrar informações essenciais;
- respeitar tradições, crenças e símbolos religiosos.

### c. Classificação da violação

Identificar se se trata de:

- racismo (crime de ação penal pública);
- injúria racial;
- intolerância religiosa / racismo religioso;
- ataque a templos, terreiros, rodas, casas tradicionais, carreiros, barracões;
- violência física, moral ou psicológica;
- perseguição, ameaça, coação.

#### **d. Registro formal**

Dependendo do caso:

- Boletim de Ocorrência — quando há crime;
- prontuário de saúde — quando há impacto físico ou emocional;
- registro SUAS — acompanhamento psicossocial;
- ficha escolar — quando ocorre na escola;
- comunicação à Cidadania/Igualdade Racial — para suporte e mediação.

#### **e. Encaminhamento aos setores responsáveis**

##### **Segurança Pública**

- registro, apuração e investigação;
- preservação de espaços sagrados;
- medidas de proteção.

##### **Assistência Social**

- atendimento individual e familiar;
- plano de proteção social;
- articulação com rede municipal.

##### **Saúde**

- atendimento clínico e psicológico;
- notificação (quando pertinente);
- encaminhamento a outros serviços.

##### **Sistema de Justiça**

- Defensoria: orientação e defesa jurídica;
- Ministério Público: investigação e responsabilização;
- Judiciário: medidas protetivas e julgamento.

## Cidadania / Igualdade Racial (SEC/MS)

- orientação à equipe local;
- mediação institucional;
- intervenção em casos estratégicos;
- articulação estadual.

### f. Acompanhamento e monitoramento

- visitas institucionais, quando necessário;
- avaliação de risco;
- articulação com lideranças religiosas, ciganas, quilombolas, tradicionais;
- registro em sistemas municipais e consolidação estadual.

### g. Retorno à vítima e à comunidade

- informação transparente sobre o andamento;
- reforço sobre direitos e serviços;
- prevenção de novas violências;
- fortalecimento de vínculos com o poder público.

## 5.2 Fluxograma

Bloco 1 – Identificação do tipo de violência

### TIPO DE VIOLÊNCIA

- **Racismo**
- **Injúria racial**
- **Intolerância religiosa / racismo religioso**
- **Ataques a templos, terreiros e espaços sagrados**
- **Violência física, moral ou psicológica**
- **Perseguição, ameaça, coação**

## Bloco 2 – Portas de entrada da rede

PRINCIPAIS PORTAS DE ENTRADA		
CIDADANIA	SEGURANÇA PÚBLICA	CONSELHOS DE DIREITOS
SEC / SPPIR / Disque 100 / Fala BR	PM – Ligue 190 / PC / Delegacias	Municipal e Estadual e demais conselhos temáticos
ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
CRAS / CREAS	UBS / UPA / Hospitais	Escolas / Centros de formação / Universidades
OAB	OSC / OSCIP	COMUNIDADES
Comissões Temáticas e Serviço de orientação	Organizações da Sociedade Civil	Povos e comunidades tradicionais

## Bloco 3 – Primeira Abordagem da Rede

A definição da resposta depende do tipo de violação e do risco identificado no primeiro atendimento, independentemente da porta de entrada.

### A. QUANDO HOUVER CRIME (RACISMO, INJÚRIA RACIAL, VIOLÊNCIA, AMEAÇA)

#### Principais linhas de atuação:

- registro formal do fato (BO);
- investigação e preservação de espaços religiosos tradicionais;
- encaminhamento para defensoria pública ou advogado/a;
- comunicação ao Ministério Público;
- articulação com Cidadania/Igualdade Racial para monitoramento;
- apoio da assistência e saúde quando necessário.

### B. QUANDO HOUVER IMPACTO FÍSICO OU EMOCIONAL

#### Principais linhas de atuação:

- atendimento clínico, primeiros cuidados e apoio psicológico;
- registro no prontuário e avaliação de risco;
- acolhimento psicossocial pela assistência;
- encaminhamento para segurança pública se houver crime;
- Comunicação à Cidadania/Igualdade Racial para acompanhamento.

### C. QUANDO A SITUAÇÃO ENVOLVE AMBIENTE ESCOLAR

#### Principais linhas de atuação:

- registro escolar e proteção imediata do/a estudante;
- fluxo com CRAS/CREAS para suporte psicossocial;
- comunicação à direção, equipe pedagógica e Coordenadoria de Psicologia Educacional (COPED);
- Segurança Pública, se houver crime;
- acompanhamento por Conselho Tutelar/Cidadania/Igualdade Racial.

### D. QUANDO A DENÚNCIA CHEGA PELA SOCIEDADE CIVIL, TERREIROS, OSC, OSCIP, MOVIMENTOS OU LIDERANÇAS

#### Principais linhas de atuação:

- acolhimento inicial pela rede comunitária ou OSC;
- encaminhamento para assistência e/ou saúde;
- suporte e orientação técnica pela Igualdade Racial;
- articulação intersetorial quando necessário;
- encaminhamento a Segurança/Justiça caso haja crime.

### E. QUANDO CHEGA PELOS CONSELHOS DE DIREITOS OU PELA OAB/MS

#### Atuação prioritária: encaminhamento oficial à Rede de Proteção

- análise inicial e orientação jurídica;
- encaminhamentos formais para:
  - Assistência
  - Saúde
  - Educação
  - Segurança Pública
  - Sistema de Justiça
- Comunicação à Cidadania/Igualdade Racial.

## Bloco 4 — Monitoramento e Acompanhamento da Rede

O monitoramento é a etapa que assegura que a Rede funcione de maneira contínua, coordenada e eficaz. Ele deve ocorrer em diferentes níveis — estadual, municipal e comunitário — e envolver todos os atores da Rede, garantindo proteção, prevenção e melhoria constante da política pública.

## **Monitoramento estadual (unidade gestora da política pública)**

A gestão estadual — unidade gestora do governo do Estado responsável pela execução da política pública de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa — coordena o monitoramento de forma integrada, com apoio dos demais setores da Rede.

Suas atribuições incluem:

- consolidar informações recebidas dos municípios e parceiros;
- acompanhar casos estratégicos ou de maior complexidade;
- orientar tecnicamente os territórios;
- promover alinhamento intersetorial;
- produzir análises, indicadores e relatórios;
- propor ajustes nos fluxos e protocolos;
- fortalecer o caráter preventivo e formativo da política pública.

O papel do Estado é garantir governança, continuidade e coerência da política em todos os territórios.

## **Monitoramento coletivo**

O monitoramento é uma responsabilidade compartilhada entre todos os setores da Rede, incluindo:

- assistência social;
- saúde;
- educação;
- segurança pública;
- sistema de justiça;
- cidadania/igualdade racial;
- conselhos de direitos;
- organizações da sociedade civil;
- comunidades tradicionais e religiosas.

Cada ator deve:

- registrar e atualizar informações pertinentes ao atendimento;
- comunicar encaminhamentos e riscos identificados;
- coordenar ações para evitar revitimização;
- contribuir para a proteção e resolução dos casos.

## **Monitoramento local (municípios, comunidades e territórios)**

Cada município, conforme sua realidade e estrutura, deve organizar sua própria forma de acompanhamento, definindo o setor responsável por:

- consolidar informações dos serviços locais;
- apoiar a aplicação dos fluxos de atendimento;
- articular respostas intersetoriais;
- acompanhar casos sensíveis ou complexos;
- dialogar com órgãos estaduais e instituições parceiras.

Este arranjo é flexível, respeitando diferentes capacidades territoriais.

## **Controle social e participação comunitária**

Conselhos de direitos, organizações sociais, povos de terreiro, de matriz africana, movimentos e lideranças comunitárias contribuem para:

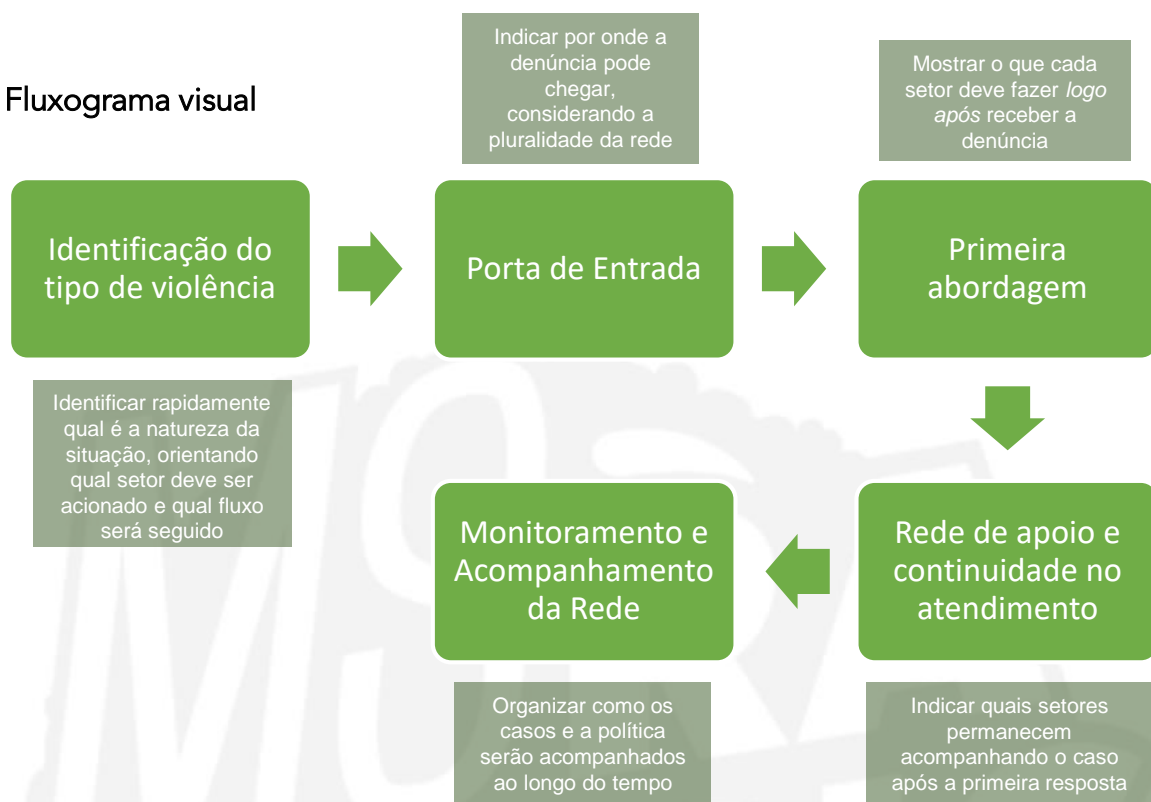
- monitorar situações atendidas;
- identificar lacunas ou falhas no fluxo;
- sugerir melhorias;
- fortalecer a prevenção e a articulação comunitária.

## **Objetivos do monitoramento**

O monitoramento busca garantir que:

- o atendimento seja humanizado, eficiente e contínuo;
- os fluxos funcionem com clareza e articulação;
- as equipes tenham suporte técnico;
- a política pública evolua com base em evidências;
- a Rede permaneça viva, colaborativa e sustentável em longo prazo.

## Fluxograma visual



## 6. Recomendações para Municípios

A implementação ou o aprimoramento da Rede Municipal de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa deve considerar a realidade territorial, a capacidade institucional e as especificidades socioculturais de cada município. A seguir, são apresentadas orientações práticas que podem apoiar gestões locais na organização e fortalecimento da Rede.

### 6.1 Estruturação mínima da Rede local

- definir um setor/unidade gestora de referência para coordenar a Rede no município (assistência social, cidadania, igualdade racial, gestão de governo ou outra área definida localmente);
- mapear os serviços existentes (saúde, educação, assistência, segurança pública, sistema de justiça, conselhos e organizações sociais);
- identificar portas de entrada e assegurar que todas saibam como encaminhar situações de racismo e intolerância religiosa;
- garantir canais de comunicação interna para troca de informações entre serviços.

### 6.2 Fortalecimento dos fluxos de atendimento

- adaptar o fluxo geral deste instrumento técnico à realidade local;

- garantir que todos os setores saibam:
  - como registrar um caso;
  - para quem encaminhar;
  - como acompanhar a situação;
  - quem aciona o sistema de justiça quando houver crime.
- incluir no fluxo a atuação das casas religiosas, terreiros, OSCs e comunidades tradicionais presentes no território.

### **6.3 Capacitação contínua das equipes**

- promover formações periódicas sobre:
  - racismo e suas manifestações;
  - intolerância religiosa e diversidade de expressões culturais;
  - abordagem humanizada e não discriminatória;
  - registro de informações e uso do fluxo municipal;
  - articulação com o sistema de justiça.
- priorizar equipes que atuam na ponta: escolas, UBS/UPA, CRAS/CREAS, conselhos, guardas municipais, lideranças comunitárias.

### **6.4 Articulação com sociedade civil e comunidades tradicionais**

- reconhecer o papel estratégico de:
  - povos de terreiro e de matriz africana;
  - movimentos negros;
  - associações comunitárias;
  - povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos).
- incentivar espaços permanentes de diálogo e participação;
- considerar essas organizações parceiras essenciais da Rede.

### **6.5 Monitoramento local e diálogo federativo**

- garantir que o município realize monitoramento contínuo dos atendimentos, conforme orientações deste documento;
- manter diálogo com órgãos estaduais, com o sistema de justiça e com outras redes municipais;
- compartilhar informações relevantes com a unidade gestora da política pública em nível estadual.

### **6.6 Promoção de ações educativas e preventivas**

- desenvolver campanhas locais alinhadas ao Programa MS Sem Racismo e ao Plano Estadual de Metas Antirracistas;

- articular ações com escolas, unidades de saúde, CRAS/CREAS, centros comunitários e grupos religiosos marginalizados;
- incentivar atividades de valorização cultural, respeito às tradições religiosas e convivência democrática.

### **6.7 Adaptação às especificidades territoriais**

Cada município possui características próprias. Assim, as recomendações devem ser adaptadas considerando:

- tamanho populacional;
- presença de comunidades tradicionais;
- indicadores de violência e discriminação;
- estrutura da rede socioassistencial e de saúde;
- disponibilidade de serviços especializados;
- organização comunitária e religiosa local.

Não existe um único modelo; existe um conjunto de princípios e orientações que cada território poderá adaptar à sua realidade.

## **7. Nova Perspectiva**

Um trabalho contínuo, construído coletivamente em cada território. As informações reunidas aqui oferecem uma base técnica comum que permitirá aos municípios aprimorar seus fluxos, fortalecer suas equipes e consolidar uma atuação articulada e efetiva no enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa.

A Rede só existe quando cada setor reconhece seu papel e assume um compromisso efetivo na luta antirracista, estabelecendo uma cooperação permanente entre Estado, municípios, sistema de justiça, sociedade civil e comunidades tradicionais e religiosas. Atuar em rede significa compartilhar responsabilidades, ampliar proteções e garantir que nenhuma pessoa esteja sozinha diante de uma violação.

Ao orientar práticas, promover integração e apoiar a prevenção, este documento reafirma o compromisso efetivo de construir um Mato Grosso do Sul mais justo, seguro e plural, em que a cidadania seja exercida de forma plena e onde o respeito às identidades, às tradições e às expressões religiosas seja um valor inegociável.

Que este material inspire ações concretas, fortaleça vínculos institucionais e comunitários e impulse a consolidação de uma Rede capaz de FortaleSER a CIDADANIA em todos os territórios do nosso estado.



**SubsRACIAL**  
Subsecretaria de Políticas  
Públicas para Promoção  
da Igualdade Racial

**SEC**  
Secretaria de  
Estado da  
Cidadania



GOVERNO DE  
**Mato  
Grosso  
do Sul**